tanto. E sem se dar conta, o professor acaba controlando as manifestações motoras da criança.

A ação motora é essencial para o desenvolvimento da criança, para sua maturação física, psíquica e emocional, sendo que o desenvolvimento psicomotor irá determinar as suas aprendizagens futuras, envolvendo o processo de alfabetização, conhecimento de si própria, do outro e adaptação ao meio social, ou seja, o movimento implicará sua independência.

O movimento deve ser trabalhado na Educação Física com o objetivo de desenvolver habilidades específicas e comunicação não verbal, que são movimentos aprendidos culturalmente.

Bibliografia

DARIDO, Suraya Cristina e RANGEL, Irene Conceição Andrade. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro, 2008.

MANOEL, Edison de Jesus; KOKUBUN, Eduardo; PROENÇA, José Elias. Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo, 1988

ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

LUCIANO RODRIGUES MARÇAL

RESUMO

A Geografia escolar no Brasil por longos anos teve o professor como o centro do processo de aprendizagem, contudo após transformações no âmbito da Ciência Geográfica inova a disciplina Geografia. O docente passa a ser mediador do conhecimento, enquanto o estudante atua na construção dos conceitos a partir do cotidiano, o que pode possibilitar uma leitura mais ampla dos fenômenos geográficos. Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo conhecer o ensino geográfico. Para tanto, foi estabelecido como objetivo específico analisar o ensino de Geografia no contexto do Brasil assim como em Minas Gerais que passa pela proposta do Conteúdo Básico Comum (CBC), atualmente, pelo novíssimo Currículo de Minas, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O procedimento metodológico consistiu em levantamento bibliográfico.

Palavras–chave: Ensino, Geografia, Professor, Currículo.

ABSTRACT

School Geography in Brazil for many years had the teacher as the center of the learning process, however, after transformations in the scope of Geographic Science, the discipline of Geography innovates. The teacher becomes a knowledge mediator, while the student acts in the construction of concepts from everyday life, which can enable a broader reading of geographic phenomena. In this context, the present work aims to understand geographic teaching. Therefore, it was established as a specific objective to analyze the teaching of Geography in the context of Brazil as well as in Minas Gerais, which goes through the proposal of the Common Basic Content (CBC), currently, by the brand new Curriculum of Minas Gerais, according to the National Common Curricular Base (BNCC). The methodological procedure consisted of a bibliographic survey.

Keywords: Teaching, Geography, Teacher, Curriculum.

INTRODUÇÃO

No Brasil o ensino geográfico foi implantado no Colégio Dom Pedro II, no século XIX, apesar de ser trabalhado anteriormente pelos jesuítas e diversos profissionais. Mendes (2010 , p. 20) pontua:

O ensino da Geografia iniciou no Brasil colonial pelos jesuítas e posteriormente por professores que a ensinavam de forma meramente descritiva e enciclopédica. A memorização era indispensável, sendo que estes ministravam também aula de História. O livro didático ou compêndio utilizado e aceito na época, apresentava uma visão determinista da Geografia, inclusive em 1868, foi publicado o primeiro Atlas do Império Brasil escrito por Cândido Mendes de Almeida (...).

A inserção da Geografia na educação escolar em parte significa a extensão do poder estratégico do Estado nacional, pois ao passo de configurar-se como uma disciplina, pode-se tornar um conhecimento a serviço da alienação ou gerar pessoas críticas.

Durante muito tempo a Geografia escolar esteve pautada à descrição do espaço geográfico, por ser baseada no tradicionalismo que enumerava os aspectos físicos da paisagem sem relacioná-la ao homem e sua interação com a natureza, tornando uma disciplina sem vínculos ao mundo real. A criticidade surge questionando o caráter descritivo da Geografia tradicional, nesta perspectiva, os professores das escolas brasileiras procuraram fazer discussões de temas do cotidiano, a saber, subdesenvolvimento no sistema capitalista mundial, a questão agrária, a distribuição de renda, interação homem natureza, enfim contextualizado.

No ensino geográfico a percepção e o comportamento do educando passou a ser um elemento indispensável e importante para o processo de conhecimento e compreensão das relações ocorridas no espaço no qual se encontram inseridos, para assim promover uma educação de respeito e de solidariedade no mundo, em que a exclusão social tem se tornado global. Diante das transformações no campo do ensino da Geografia, percebe-se que o professor passou a ser mais autônomo na produção do conhecimento geográfico.

Neste contexto, surgiram as indagações desta pesquisa teórica: Quais recursos didáticos, metodologias os professores de Geografia mais utilizam? Quais diretrizes curriculares são importantes para o planejamento das aulas?

Em respostas aos questionamentos estabeleceu como objetivo geral conhecer o desenvolvimento do ensino geográfico em sua prática. Os objetivos específicos analisar o ensino de Geografia no contexto do Brasil assim como as perspectivas e desafios, no que está disposto nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no Conteúdo Básico Comum (CBC) e no Currículo de Minas baseado na Base Nacional Comum Curricular

(BNCC) adotado em Minas Gerais;

O procedimento metodológico consistiu basicamente em levantamento bibliográfico,

Duarte e Castilho (1983) chamam de recursos didáticos aos instrumentos auxiliares, o qual o professor pode lançar mão para facilitar o processo de aprendizagem dos seus alunos, tais como: livros, apostilas, globos, retroprojetores, até mesmo plantas, animais ou pessoas (que participem de entrevistas, palestras, seminários...). Os recursos didáticos envolvem uma diversidade de elementos utilizados como suporte experimental na organização do processo de ensino e de aprendizagem. Sua finalidade é servir de interface mediadora para facilitar na relação entre professor, aluno e o conhecimento em um momento preciso da elaboração do saber.

Quanto a metodologia se refere a um roteiro para realizar a atividade, é ela que indica as grandes linhas de ação a ser utilizadas pelos professores em suas aulas, pois é um meio que ajuda a alcançar e trabalhar os conteúdos curriculares propostos e assim chegar aos seus objetivos. Para Vasconcellos (2002, p.74) "conseguir uma articulação de conjunto entre os objetivos que nos colocamos e a situação da qual partimos, passando pelas mediações necessárias para implementá-la", assumindo o planejamento como o principal instrumento metodológico da prática pedagógica.

Os resultados da pesquisa apontaram que os professores de Geografia da Escola Estadual Coronel Aristides Batista (agentes da pesquisa) fazem planejamento anual das aulas com base nos PCNs, Paramento Curricular Nacional Mais (PCN+) e CBC, o diversifica conforme as necessidades, contudo não é um planejamento articulado entre o grupo, ou seja, não existe uma coordenação de área, cada um faz uso da proposta que considera melhor. O livro didático, quadro e giz são os principais recursos didáticos empregados nas aulas, mas utilizam também filmes e documentários para debates e relatórios. Para os educadores ao ser avaliado as produções escritas e orais em sala de aula o nível de aprendizado em 2010 foi bom. Apresentaram entraves no cotidiano que dificultam melhor aprendizagem como a falta de interesse dos alunos, poucas aulas por semana, tendo em vista a extensão dos conteúdos e ausência dos pais no acompanhamento da vida escolar dos filhos, o que implica em geral falta de hábito de estudo.

DESENVOLVIMENTO

A Geografia enquanto disciplina surgiu no Brasil a partir do século XIX, estruturando-se indiretamente nas escolas de primeiras letras. No antigo colegial, a Geografia foi introduzida no Colégio Dom Pedro II (Rio de Janeiro) em 1873, com a finalidade de enfatizar a descrição e a extensão do território,

destacando suas belezas naturais (VLACH, 2004). É valido ressaltar que no Brasil Colônia o ensino geográfico já era feito pelos jesuítas e outros profissionais.

Para Vlach (2004), o ensino de geografia no Brasil sobrevinha dos ideais do patriotismo, destacar as belas características do país, enquanto as mazelas enfrentadas pela população como fome, miséria, violência e corrupção eram esquecidas. O ensino geográfico estava sobre o controle do Estado e era lecionado por profissionais de outras áreas do conhecimento entre os quais, advogados, médicos, engenheiros, dentre outros. Dessa forma a geografia produzida por não geógrafos de formação, não fazia uma relação com a totalidade do território brasileiro, preocupação do ensino da geografia que necessita não perder de vista os aspectos sociais.

No início do século XX, a visão descritiva que direcionava o ensino geográfico ainda era presente, sendo que o papel do professor era reduzido a repassar informações de materiais didáticos condicionando a memorização por parte dos alunos. Em meados da década de 1930 , o ensino de geografia recebe influência do pensamento possibilista francês de Vidal de La Blache, especialmente na Universidade Estadual de São Paulo – USP-, pioneira na criação do curso superior de Geografia no Brasil.

Por motivo de interesses do Estado, a partir de 1930 o ensino de Geografia assim como de História nas escolas brasileiras perde importância, tendo um imprevisto ao ser substituído pelos Estudos Sociais – que se refere à unificação da Geografia e da História. Para Issler (1973) o Estado aspirava adaptar-la à sociedade após a crise econômica de 1929 , ocorrido inicialmente nos Estados Unidos que passa a ter reflexos em todo mundo. Apesar de não existir base científica, os Estudos Sociais foi introduzido nas escolas brasileiras pelo seu precursor Anízio Teixeira (1900 – 1971). Mesmo com todo esforço para permanecer, esta disciplina era nova, e não tinha uma metodologia própria.

Na segunda metade de 1970, o ensino de geográfico era marcado pelo caráter mnemônico ou decorativo, tendo papel fundamental na formação e fortalecimento do nacionalismo, motivos que levaram à consolidação do Estado nacional brasileiro em tempos de governo militar. Nadai (1988) discorre que na mesma década de 1970 havia um guia para orientar o ensino dos Estudos Sociais, todavia, alguns professores de Geografia e História, juntamente com a sociedade científica, Associação dos Geógrafos Brasileiros –AGB-, Associação Nacional dos professores Universitários de História – ANPUH- e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC-, promoveram debates e intensos movimentos de mobilização a favor do resgate da identidade dos conhecimentos geográficos e históricos, voltando assim o ensino de Geografia e a História ao ser decretado a Lei nº 8.673 de 04 de junho de 1993.

As novas pesquisas metodológicas no âmbito nacional e internacional apontaram que havia a necessidade de entender qual é a verdadeira contribuição do ensino geográfico para formação do aluno, que deverá agir na sociedade de forma atuante e assim ser capaz de pensar criticamente. O modelo tradicional do ensino não seria a forma mais adequada para a formação de cidadãos tão interessados com a problemática social, assim no final dos anos de 1970, surge o movimento que ambicionava a renovação da geografia por uma geografia crítica. Vertente de inspiração dialética ou marxista, que resultaram das discussões metodológicas e ideológicas da geografia, abordada por Milton Santos, em seu trabalho "Por uma nova geografia" publicada em 1978, a partir de então, passou a repensar a geografia ensinada no âmbito escolar.

Neste contexto, a educação em Geografia começou a abandonar o ensino tradicional, propondo fundamentos mais críticos, ou seja, temas mais epistemológicos, ideológicos e

políticos da ciência geografia. Vesentini (1992, p.22), relata que a geografia crítica:

Trata-se de uma geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais (...). Essa geografia radical ou crítica coloca-se como ciência social, mas estuda também a natureza como recurso apropriado pelos homens e como uma dimensão da história, da política. No ensino, ela se preocupa com a criticidade do educando e não com "arrolar fatos" para que ele memorize.

Segundo Vesentini (2004, p.225), a Geografia crítica no Brasil, "não se iniciou nem se desenvolveu inicialmente nos estudos ou teses universitários", nem mesmo nos trabalhos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sim nas escolas por um seleto grupo de professores do ensino médio (antigo colegial). Nessa perspectiva, os professores procuravam fazer uma discussão que incorporasse temas atuais, como subdesenvolvimento no sistema capitalista, áreas centrais e periféricas e temas relevantes da realidade brasileira, bem como, questão agrária, distribuição de renda, pobreza e a violência policial.

Esse foi um grande passo para o progresso da geografia brasileira, mas muitos professores precisam saber a forma mais adequada para ensiná-la corretamente. Fazia necessária uma discussão sobre os objetivos, onde professor e aluno pudessem participar da construção do ensino de geografia de fato. Assim a geografia faria o seu papel de formar sujeitos que realmente se tornassem críticos e conscientes, diante da realidade que estão inseridos, não cometendo o equívoco de alie-

nar os indivíduos, mas sim torná-los críticos ao estudar a relação homem/natureza.

Nesta perspectiva, outra abordagem ganha destaque no ensino geográfico brasileiro, que passa a ser visto sob o olhar da percepção e do comportamento, no qual a intuição passou a ser o elemento indispensável e importante para processo de conhecimento dos fenômenos que os homens fazem no espaço. Segundo o professor Milton Santos (1996), a Geografia da percepção se fundamenta no fato de que cada indivíduo tenha um modo característico de avaliar e entender o espaço, por este ter um significado particular para cada um, considera o cotidiano. Sobre a Geografia da percepção e do comportamento do homem diante a natureza, afirma Lecione (1999, p. 151), que:

Muitos trabalhos de Geografia passaram a discutir o comportamento do homem ante a natureza, a percepção da natureza e da paisagem urbana, assim como dos espaços do medo e do ódio, incorporando à análise geográfica a dimensão psicológica. Esta vertente da Geografia passou a ser referida como Geografia da percepção e do comportamento, desdobrando-se em Geografia humanística, voltada mais para a análise da literatura, dos significados e dos símbolos. Assim, sob a influência da fenomenologia, mais do que a do existencialismo e do idealismo, a Geografia colocou em cena elementos negados pelo positivismo, criticando arduamente a depreciação do vivido em função do concebido.

A década de 1990 foi marcada pela elaboração dos PCNs', que passaram a nortear o ensino da Geografia e demais disciplinas. Os PCNs' situam como ponto de referência para a elaboração do currículo das Secretarias de Educação e das Escolas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Geografia fundamentam-se numa abordagem teórica e metodológica que procura contemplar os principais avanços que ocorreram no interior dessa disciplina. Entre eles, destacam-se as contribuições dadas pela fenomenologia no surgimento de novas correntes teóricas do pensamento geográfico, as quais se convencionou chamar de Geografia Humanística e Geografia da Percepção. (...) essas novas 'geografias' permitem que os professores trabalhem as dimensões subjetivas do espaço geográfico e as representações simbólicas que os alunos fazem dele (BRASIL, 1999, p. 61).

Nesse sentido, a construção do conhecimento geográfico e o desenvolvimento da cidadania das crianças estão vinculados aos planos das suas subjetividades, das suas experiências, dos sentimentos e dos simbolismos que produzem para explicar a realidade.

Silveira (2003, p. 13) enfatiza a percepção do espaço concreto:

Imagine os diferentes tipos de lugar que existem no mundo: sua casa, o clube, a igreja, a casa de um amigo ou a de um parente, a praça, a cidade vizinha, a praia, a paisagem representada num quadro, o pátio da sua escola (...). Pensando no seu próprio lugar, observe que viver nos lugares torna-se mais interessante quando participamos ativamente deles. Assim, viver em um espaço é muito mais do que simplesmente freqüentá-lo. Significa desenvolver ali diferentes atividades; Identificar-se com as suas características, como a agitação, a beleza, o conforto ou a tranqüilidade; relacionar-se com as pessoas com as quais você convive, e assim por diante. Pensando dessa forma, veja como você depende do lugar onde vive.

No contexto abordado pelos PCN's, a Geografia deve contribuir para banir da sala de aula a idéia de luta entre as classes sociais e assim promover a união dos indivíduos, tornando-os solidários.

O estudo de Geografia possibilita, aos alunos, a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas, em relação aos valores humanos ou à natureza, têm conseqüências - tanto para si como para a sociedade. (BRASIL, 1999, p. 113)

Isso contribui para a compreensão das relações ocorridas no espaço geográfico em uma abrangência local e mundial, no qual se encontram inseridos. Só assim, o alunado irá perceber a importância de ser solidário e comprometido com o destino das futuras gerações. Sequeiros (2000) afirma que a exclusão social tem se tornado global e alega a necessidade de educarmos para a solidariedade.

O que se pretende com a educação para a solidariedade é uma autêntica revolução da sensibilidade. Trata-se de criar, progressivamente, uma nova consciência internacional nas crianças, nos jovens e nos adultos, que leve a uma transformação dos valores habituais das práticas sociais para que adotem uma posição e intervenham efetivamente em favor dos pobres e carentes deste mundo, para se conseguir, assim, uma sociedade mais igualitária mais justa. (SEQUEIROS, 2000, p. 21)

Esta nova dimensão da prática pedagógica da Geografia escolar ainda apresenta preferências em relação às informações meramente descritivas, que se restringe a função da memória, e fortalece ainda mais o modelo de avaliação adotado no Brasil, bem como os processos seletivos (vestibulares), que levam á universidade.

Morin (2000) adverte que o ensino escolar no século XXI deverá ressaltar o processo de globalização como meio para harmonizar todos os indivíduos da esfera terrestre, fazendo um questionamento dos

conhecimentos estáticos ou estabelecidos como verdades absolutas para que os indivíduos compreendam em todas as dimensões a formação humana e finalmente sensibilize quanto à adoção de posturas éticas diante da sociedade.

A educação do futuro o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano. (MORIN, 2000, p.47)

Segundo abordagens da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDBEN(Lei nº 9.394/ 1996) o ensino deverá ser ministrado de acordo com os seguintes princípios, conforme o Artigo 3°:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, pensamento, a arte e o saber; III pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

É perceptível que o ensino escolar está distante do que é pregado pela LDBEN (1996) , pois enfrenta muita dificuldade, algumas críticas se direcionam aos fundamentos metodológicos dos PCNs, por estes estarem ligados aos interesses das políticas praticadas pelas classes dominantes do cenário nacional e internacional. Também advertem sobre a necessidade da valorização do professor, pois exerce a função de mediador no processo do ensino aprendizagem que deve ser encarado com rigor, haja vista que esse processo de formação do professor tem como objetivo o desenvolvimento do pensamento autônomo, permitindo a articulação teoria / prática, fornecendo subsídio para uma formação continuada, voltada para o desenvolvimento da autonomia e da ação.

Em uma análise do contexto mais contemporâneo a partir da década 2020 a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento elaborado com a participação de diversas entidades da sociedade, inclusive por docentes de diversas áreas do currículo, é colocado em pauta para servir de guia para todos os professores do território brasileiro que constitui instrumento que contempla habilidades necessárias para promover o Ensino Básico.

Na perspectiva geográfica a BNCC traz novos parâmetros para a releitura do mundo do discente. Dessa forma, a ciência Geográfica é introduzida desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, uma mudança importante em sua estrutura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dando destaque ao pensamento espacial e geográfico. Assim, há uma convergência em relação ao pensamento do professor, sua prática pedagógica e aos objetivos de da geografia que é desenvolver nos estudantes o raciocínio geográfico para assim, perceber e analisar criticamente a sua realidade.

Vasconcellos (2001) alerta que os empecilhos vão muito mais longe ao considerar que existe um bojo de responsabilidades por parte da sociedade, da família, do governo e principalmente por parte dos professores. É preciso construir uma história de transformação da realidade escolar, buscando soluções para os problemas a partir do coletivo, sem delegar o poder que cada um tem de modificar a situação, para isso é necessário assumir as consequências para formar indivíduos comprometidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino geográfico nas escolas brasileiras, desde sua implantação, no século XIX, tem sofrido várias modificações em suas abordagens epistemológicas, uma vez vinculada a características descritivas e decorativas, considerada por muitos uma disciplina cansativa e sem importância, reformulada com o advento da Geografia crítica, resultado de debates produzidos pela AGB, professores acadêmicos e da educação básica, tal fato promoveu melhorias no ensino de Geografia, contudo muita coisa ainda precisa melhorar por parte de governantes e especialmente pelos docentes.

Embora muitas transformações terem ocorrido no ensino brasileiro e geográfico com a implantação dos PCNs, PCNs+, CBC, BNCC e suas variações para beneficiar a grande diversidade regional brasileira, no entanto, propostas curriculares que norteiam o trabalho dos professores é primordial um melhor planejamento das atividades escolares em sala de aula que ainda tem o livro didático, quadro/giz como ferramentas importantes no processo de ensino.

Para tanto, faz-se necessário estabelecer os objetivos da ciência ao se ensinar a Geografia que tem como função compreender as relações ocorridas no espaço para promover uma educação de respeito e de solidariedade no mundo globalizado.

Por fim, a partir de uma participação mais efetiva na prática do ensino da geografia por parte do professor é provável que ocorra um melhor aproveitamento na compreensão do espaço geográfico pelos educandos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (Lei n° 9.394 de 1996). Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. PCNs - Parâmetros Curriculares Nacional -

Geografia. Brasília: Secretaria de Educação do Ensino Médio, 1999

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. PCN+ - Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Médio - Geografia. Brasília: Secretaria de Educação do Ensino Médio, 1999.

CASSAB, C. Reflexões sobre o ensino de Geografia. Disponível em:

<http://cascavel.ufsm.br/revistageografia>>. In:Geografia:Ensino&Pesquisa. v.13,n.1. Santa Maria: UFSM. p.43-50. 2009.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção do conhecimento.

Campinas, SP: Papirus, 1998.

CURY. Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DUARTE, Ana Lucia Amaral, CASTILHO, Sônia Fiúza da Rocha. Metodologia da Matemática: A aprendizagem significativa nas séries iniciais. Vol. 1. Belo horizonte:

Vigília, 1983. 252 p.

FONSECA, Gildette Soares. Planejamento nas Aulas de Geografia, Essencial Para o Ensino Aprendizagem. Disponível em: http://www.agb.org.br/xvieng/anais/index.html acessado em: 05/11/2010

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 9ª ed .Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.

KAERCHER, Nestor André. Ler e escrever a Geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. In. SCHÄFFER, Neiva Otero ET AL. Ensinar e Aprender Geografia. Porto

Alegre, AGB – Seção Porto Alegre, 1998.

KAERCHER, Nestor André. A geografia é o nosso dia-a-dia. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et all. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 4ª Ed. – Porto Algre: Editora UFRGS / associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003. P. 11-21.

IBIAÍ, Escola Estadual Coronel Aristides Batista. Regimento Escolar. Ibiaí (MG), 2007.

ISSLER, Bernardo. Os Estudos Sociais no Brasil. In. Geografia e os Estudos Sociais (Doutorado em Geografia) Presidente Prudente, São Paulo, 1973.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: Edusp, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Anotações Sobre a Questão Pedagógico-didática e a Política da

Educação. Em aberto, Brasília: v. 4, n. 26, p. 19-26, abr./jun., 1985.

MARTINS, Oney. Geografia escolar: percepção dos estudantes do 3º ano do ensino médio do Colégio Tiradentes - Montes Claros. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geociências: Unimontes, 2008.

MENEGOLLA, M; SANT'ANNA I. M; Por que Planejar? Como Planejar. Petrópolis:

Vozes, 2001.

MENDES, Francielle de França. Charges: Limites e Possibilidades para aprender Geografia. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geociências. Montes Claros: UNIMONTES, 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Educação. CBC – Conteúdo Básico Comum.

Proposta Curricular do Ensino Médio, 2007.

MONTEIRO, Fausto de Oliveira. Geografia escolar: diagnóstico das dificuldades encontradas pelos estudantes do ensino médio em aprendizagem os conteúdos de geografia NE Escola Estadual Luíz Balbino – Pirapora/MG. Trabalho de Conclusão de Curso.

Departamento de Geociências: Unimontes, 2007.

MORAN, José Manoel. Vídeo em Sala de Aula. Comunicação & educação, 1995.

Disponível em: < http://www.eca.usp.br/prof/moran/vidsal.htm> Acesso em: 07/12/2010

MORIN, Edgar. Os sete Saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ª Ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NADAI, Elza. Estudos Sociais no primeiro grau. Em Aberto. Brasília, v.7. n.37, jan./mar. 1988. P.1-16.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Christian, D. Monteiro. A "redação do contexto" no ensino fundamental de Geografia. Boletim Paulista de Geografia, nº 70, São Paulo, AGB, 1991. pp. 23 – 34.

PILETTI, Claudinho. Didática geral. São Paulo: Ática, 1995.